



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

PAUTA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
12º REUNIÃO ORDINÁRIA

06 DE MAIO DE 2014

MENSAGENS DO PODER EXECUTIVO

01- PROJETO DE LEI 188/2014 - Mensagem nº 023/2014

Autor: Poder Executivo

Incorpora a Secretaria de Estado de Governo à Casa Civil e adota outras providências.

RELATOR: DEP. ADEMAR TRAIANO

02- PROJETO DE LEI 189/2014 - Mensagem nº 024/2014

Autor: Poder Executivo

Altera os dispositivos que especifica da lei nº 17.025, de 2011, e adota outras providências.

RELATOR: DEP. PEDRO LUPION

****NOTA SOBRE A LEI EM DEBATE:**

LEI N. 17.025/2011. Súmula: *Autoriza o Poder Executivo a conceder subvenção social ao Fundo de Desenvolvimento da Agropecuária do Estado do Paraná – FUNDEPEC/PR, conforme especifica.*

Art. 1º. *Fica o Poder Executivo autorizado a conceder subvenção social ao Fundo de Desenvolvimento da Agropecuária do Estado do Paraná – FUNDEPEC/PR, sociedade civil sem fins lucrativos, mediante repasses de recursos arrecadados com taxas previstas na [Lei nº 11.504, de 06 de agosto de 1996](#), para exclusiva destinação à indenização de proprietários que tiverem animais sacrificados em decorrência de ações de defesa sanitária desenvolvidas no Estado do Paraná.*

§ 1º. *A concessão de subvenção social fica condicionada à existência de convênio firmado entre o FUNDEPEC e o Estado do Paraná, no qual serão estabelecidas as obrigações e demais condições pertinentes.*

§ 2º. *O Poder Executivo repassará ao FUNDEPEC/PR o montante arrecadado em exercícios anteriores proveniente do recolhimento de taxas relacionadas à área de saúde animal e, a cada trimestre, o valor recolhido ao Fundo de Equipamento Agropecuário – FEAP.*

§ 3º. *Ficam ratificados os repasses financeiros ocorridos no período de 09/10/1999 a 01/12/2005, efetuados por meio de convênios específicos com o Poder Executivo e o FUNDEPEC-PR.*



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

Art. 2º. *Em situações de emergência sanitária, o FUNDEPEC/PR, por solicitação do Secretário de Estado da Agricultura e do Abastecimento, poderá assumir despesas de custeio até o limite de 10% do valor correspondente ao sacrifício sanitário.*

Art. 3º. *Os recursos repassados de que trata a presente Lei deverão ser mantidos em depósito, em instituição financeira oficial, em conta única e especial, e o resultado das aplicações financeiras será revertido integralmente à finalidade dos mencionados repasses.*

Parágrafo único *As despesas decorrentes da aplicação dos recursos de que trata esta Lei serão executadas mediante emissão de cheques nominais aos beneficiários.*

Art. 4º. *Ficam vedadas despesas com investimentos no uso dos recursos a que se refere o art. 1º desta Lei.*

Art. 5º. *Lei Orçamentária Estadual preverá as condições de aplicação da presente Lei.*

Art. 6º. *O FUNDEPEC/PR prestará contas da aplicação dos recursos, a cada exercício, ao Conselho Estadual de Sanidade Agropecuária – CONESA e ao Tribunal de Contas do Estado, na forma e prazos legais.*

Art. 7º. *Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.*

PROJETO DO MINISTÉRIO PÚBLICO

03- PROJETO DE LEI 186/2014

Autor: Procuradoria Geral de Justiça/ Ministério Público

Transforma e cria cargos no ministério público do Estado do Paraná, conforme especifica e adota outras providências.

RELATOR: DEP. LUIS CLÁUDIO ROMANELLI

PROPOSIÇÃO DE VETO

04- VETO 04/2014

Autor: Poder Executivo

Veta o Projeto de Lei n. 46/2013, de autoria da Deputada Luciana Rafagnin, que torna obrigatória a prestação de assistência odontológica aos pacientes em hospitais gerais.

RELATOR: DEP. FERNANDO SCANAVACA



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

PROJETOS COM RETORNO DE DILIGÊNCIA

05- PROJETO DE LEI 410/2013

Autor: Dep. Rasca Rodrigues

Dispõe sobre a proibição da criação de animais para extração de peles no Estado do Paraná.

RELATOR: CAÍTO QUINTANA

06- PROJETO DE LEI 737/2013

Autor: Dep. Rasca Rodrigues

Dispõe sobre a moratória de 5 (cinco) anos para exploração do gás de xisto no Estado do Paraná pelo método fracking e adota outras providências.

RELATOR: PÉRICLES DE MELLO

07- PROJETO DE LEI 035/2014

Autor: Dep. Luciana Rafagnin

Institui o Programa Bolsa Juventude Rural.

RELATOR: PEDRO LUPION

PROJETOS DE LEI EM 1ª DISCUSSÃO

08- PROJETO DE LEI 164/2014

Autor: Dep. Dr. Batista

Fará parte da grade curricular a disciplina de Educação Moral e Cívica, a ser implantado no ensino fundamental e médio.

RELATOR: DEP. ALEXANDRE CURI

09- PROJETO DE LEI 81/2014

Autor: Rasca Rodrigues

Dispõe sobre a obrigatoriedade dos postos de combustíveis lava-rápidos, transportadoras e empresas de ônibus urbanos a captarem, tratarem e utilizarem a água da chuva na lavagem de veículos.

RELATOR: DEP. LUIZ CLÁUDIO ROMANELLI



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

10- PROJETO DE LEI 564/2013

Autor: Stephanes Júnior

Fica inserido no calendário oficial de eventos do Estado do Paraná os jogos da associação dos municípios da região centro sul do Paraná-AMCESPAR.

RELATOR: DEP. ALEXANDRE CURI

11- PROJETO DE LEI 06/2014

Autor: Gilberto Ribeiro

Dispõe sobre a obrigatoriedade da divulgação dos telefones dos órgãos policiais em pet shops, clínicas veterinárias e similares, visando o combate aos maus tratos a animais silvestres, domésticos ou domesticados.

RELATOR: DEP. PERÍCLES DE MELLO

12- PROJETO DE LEI 373/2013

Autor: Ney Leprevost

Institui o dia de homenagem ao bairro Santa Felicidade, no calendário de eventos do Estado do Paraná.

RELATOR: DEP. CAÍTO QUINTANA

13- PROJETO DE LEI 594/2013

Autor: Elton Welter

Institui o dia 17 de junho como o dia estadual da criança e adolescente desaparecidos.

RELATOR: DEP. PERÍCLES DE MELLO

14- PROJETO DE LEI 591/2013

Autor: Professor Lemos

Institui a política estadual de juventude no Estado do Paraná.

RELATOR: DEP. PASTOR EDSON PRACZYK



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça

15- PROJETO DE LEI 91/2014

Autor: Tadeu Veneri

Inserir o Dia do Educador Social, a ser comemorado anualmente em 19 de setembro e a Semana do Educador Social.

RELATOR: DEP. HERMAS BRANDÃO JUNIOR

16- PROJETO DE LEI 013/2014

Autor: Luciana Rafagnin

Institui o programa meu mês, minha vida de combate e controle ao câncer de mama para as mulheres acima de 35 anos, no âmbito do Estado do Paraná.

RELATOR: DEP. TERCÍLIO TURINI

17- PROJETO DE LEI 31/2014

Autor: Tercilio Turini

Institui no Calendário de Eventos do Estado do Paraná a Festa de São Sebastião, realizada anualmente, no segundo final de semana de fevereiro, no Município de São Sebastião da Amoreira.

RELATOR: DEP. FERNANDO SCANAVACA

18 - PROJETO DE LEI 160/2014

Autor: Dep. Caito Quintana; Dep. Tadeu Veneri; Dep. André Bueno; Dep. Pedro Lupion e Dep. Cantora Mara Lima e Dep. Tercílio Turini.

Altera os dispositivos que especifica da lei nº 17.826, de 13 de dezembro de 2013, que dispõe sobre a concessão e a manutenção do título de utilidade pública a entidades do Estado do Paraná.

RELATOR: DEP. FERNANDO SCANAVACA

****NOTA SOBRE A LEI EM DEBATE:**

Lei n. 17.826/2013. Súmula: Dispõe sobre a concessão e a manutenção do Título de Utilidade Pública a entidades no Estado do Paraná.

Art. 1º. O Título de Utilidade Pública será concedido por Lei a entidades que comprovarem preencher os seguintes requisitos, por meio do respectivo Estatuto:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça

I - ser pessoa jurídica de direito privado constituída no Estado do Paraná ou que exerça atividades com representação no Estado, com ato constitutivo registrado;

II - ter personalidade jurídica há mais de um ano;

III - ter finalidade assistencial, educacional, cultural, filantrópica, de pesquisa científica, de esporte ou meio ambiente, desde que comprovado o interesse público das atividades desenvolvidas, prestando serviços de forma perene, efetiva e desinteressada à coletividade nos termos do respectivo Estatuto;

IV - não ter fins lucrativos, não distribuir lucros, bonificações, dividendos ou quaisquer outras vantagens aos seus associados, fundadores ou mantenedores e ter o respectivo patrimônio aplicado na consecução do objetivo social;

V - gestão administrativa e patrimonial que garanta e preserve o interesse público;

VI - que em caso de dissolução, a destinação do patrimônio à entidade congênere ou ao Estado.

Art. 2º. O processo de instrução do Projeto de Lei de Utilidade Pública deve conter ainda:

I - certidão que ateste a regularidade da instituição junto à Receita Federal e Certidão Liberatória do Tribunal de Contas;

II - declaração do presidente da entidade atestando o recebimento ou não de verbas públicas e, em caso afirmativo, especificando o valor, a origem e a destinação dada;

III - declaração do autor do Projeto de Lei de que tem conhecimento das atividades e da relevância dos serviços prestados pela entidade a ser beneficiada com o Título de Utilidade Pública;

IV - relatório de atividades da entidade nos últimos doze meses, assinado pela diretoria da instituição, comprovando fim público de prestação de serviços úteis à coletividade;

V - ata da última assembleia geral e ata de posse da diretoria averbada no registro do ato constitutivo, contendo a qualificação completa da diretoria eleita;

VI - declaração do presidente da instituição, com firma reconhecida em cartório, atestando que os cargos de diretoria não são remunerados e que a instituição presta serviços de relevante interesse público.

Art. 3º. A entidade com atuação na área de assistência social deve comprovar inscrição junto aos Conselhos Estadual e Municipal de Assistência Social.

Parágrafo único. As demais entidades devem apresentar o Título de Utilidade Pública Municipal ou a certidão de vigência da Lei Municipal.

...

Art. 6º. Não serão passíveis de qualificação como entidade de Utilidade Pública, ainda que cumpram, de qualquer forma, os requisitos descritos no art. 1º desta Lei, as seguintes entidades:

I - as sociedades comerciais;

II - os sindicatos, as associações de classe ou de representação de categoria profissional e as organizações estudantis;

III - as instituições religiosas voltadas, exclusivamente, para a disseminação de credos, cultos, práticas e visões devocionais e confessionais;

IV - as organizações partidárias, inclusive suas fundações;

V - as entidades de benefício mútuo destinadas a proporcionar bens ou serviços a um círculo restrito de associados ou sócios;

~~*VI - ...Vetado...;*~~

VI - as instituições hospitalares privadas não gratuitas e suas mantenedoras desde que não tenham certificado de benemerência; (Promulgada pela Assembleia Legislativa do Estado do Paraná em

19/03/2014 publicada no DIOE 9173, de 26/03/2014)
[\(Redação dada pela Lei 17826 de 19/03/2014\)](#)



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

~~VII – ...Vetado...;~~

VII - as escolas privadas dedicadas ao ensino formal não gratuito e suas mantenedoras; (Promulgada pela Assembleia Legislativa do Estado do Paraná em 19/03/2014 publicada no DIOE 9173, de 26/03/2014) [\(Redação dada pela Lei 17826 de 19/03/2014\)](#)

VIII - as fundações públicas;

IX - as fundações, sociedades civis ou associações de direito privado criadas por órgão público ou fundação pública.

PROJETOS DE AUTORIA DA COMISSÃO ESPECIAL QUE ANÁLISA TÍTULOS DE UTILIDADE PÚBLICA

19- PROJETO DE LEI 94/2014

Autor: Dep. Caito Quintana; Dep. Tadeu Veneri; Dep. André Bueno; Dep. Pedro Lupion e Dep. Tercílio Turini.

Altera a Lei nº 12.513, de 25 de janeiro de 1999, de concessão de Título de Utilidade Pública. .

RELATOR: DEP. FERNANDO SCANAVACA

****NOTA SOBRE A LEI EM DEBATE:**

Lei 12.513/1999. Súmula: Declara de Utilidade Pública a Fundação Iniciativa, Mantenedora de Casas Lares, com sede e foro nesta Capital.